

**SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA AMAZÔNIA AZUL:
SOBERANIA, VIGILÂNCIA E DEFESA DAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS¹**

Israel de Oliveira Andrade

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura (Diset), do Ipea

Antônio Jorge Ramalho da Rocha

Secretário-executivo da Escola Sul-americana de Defesa (Esude) e professor de relações internacionais e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Segurança Internacional (Gepsi) da Universidade de Brasília (UnB)

Luiz Gustavo Aversa Franco

Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diset do Ipea, professor de relações internacionais do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF) e membro do Gepsi-UnB

As dimensões marítimas brasileiras demonstram a importância do mar para o país. Além da região litorânea, o Brasil também possui 4,5 milhões de quilômetros quadrados de águas jurisdicionais que se destacam pela presença de importantes riquezas naturais e de linhas de comércio e comunicação fundamentais. Com o objetivo de ressaltar a vital importância de tal área para o país, a Marinha do Brasil (MB) cunhou a expressão Amazônia Azul.

Por intermédio de seus programas estratégicos, a Marinha desenvolve meios de atuação que lhe permitam manter a vigilância e o controle sobre a Amazônia Azul. Entre tais programas, está o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), cujo principal propósito é o monitoramento e o controle integrado das águas jurisdicionais do país e da área internacional de busca e salvamento sob responsabilidade da MB, contribuindo para sua capacidade de responder tempestivamente a ameaça, agressão, ilegalidade, emergência ou desastre ambiental. Além de sua importância para a vigilância das águas nacionais, o sistema destaca-se por ser um programa de alta intensidade tecnológica. Entretanto, a despeito de sua importância para a segurança e a defesa das águas brasileiras, o programa, iniciado em 2009, passa por uma fase de reformulação desde 2015 por motivos de ordem orçamentária, em meio à crise econômica na qual o país se viu.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é demonstrar a importância do desenvolvimento e implementação do SisGAAz para a vigilância da Amazônia Azul, apresentando as principais implicações de sua interrupção, bem como alternativas possíveis. Para cumpri-lo, o trabalho está estruturado em cinco seções principais, incluindo uma primeira introdutória. Na segunda seção, apresenta-se uma breve caracterização da Amazônia Azul, incluindo suas definições legais e delimitações geográficas, além das principais potencialidades e vulnerabilidades nela presentes. A terceira seção é voltada para o tratamento dado à Amazônia Azul pelas políticas nacionais de defesa, bem como os principais sistemas de vigilância e controle existentes. A quarta seção é dedicada à avaliação do SisGAAz, descrevendo-o, apresentando seu histórico e apontando as alternativas viáveis. Por fim, a conclusão apresenta as considerações finais, bem como os principais resultados e as implicações para as políticas públicas.

O atraso no desenvolvimento do SisGAAz pode ter efeitos negativos significativos não só para a segurança marítima brasileira, mas também para seu desenvolvimento científico-tecnológico. Além de privar o Brasil de um sistema estratégico para a proteção de uma área vital, a reformulação do programa implica a interrupção de parcela do desenvolvimento científico-tecnológico do país, na medida em que impossibilita a obtenção de

1. Os autores agradecem pelas valiosas contribuições do Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Júnior, dos Capitães de Mar e Guerra Renato Pericín Rodrigues da Silva, Márcio Gomes Amaral e Marcus Vinícius da Silva Roberto e do pesquisador Giovanni Roriz Lyra Hillebrand, do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD), do Ipea, isentando-os de qualquer responsabilidade, erros ou omissões. Eventuais imperfeições remanescentes no texto são de inteira responsabilidade dos autores.

tecnologias importantes e amplia a já considerável lacuna entre o Brasil e os países desenvolvidos.

Contudo, a reformulação do SisGAAz não significa sua completa inviabilização. Ainda que não sejam o ideal para as necessidades da Marinha, outros sistemas de comando e controle permanecem em operação plena, o que garante capacidade de vigilância e proteção, ainda que distante do que se pretende. Além disso, outros sistemas auxiliares permitem a manutenção de algumas capacidades necessárias à consecução do programa, ainda que de forma parcial e pouco abrangente, minimizando os prejuízos de seu desenvolvimento parcial.

Embora o ideal seja a manutenção do programa e sua consecução de acordo com o inicialmente planejado, o atraso no desenvolvimento do SisGAAz não deve implicar o abandono de seu objetivo final: a vigilância e a proteção da Amazônia Azul. O conjunto de potencialidades e vulnerabilidades presentes nessas águas tornam imperativo que o Estado brasileiro mantenha uma vigilância adequada dessa área, de modo que o país não perca suas riquezas nem seja exposto a ameaças. Mesmo que esse objetivo possa ser buscado por outros meios, trata-se de uma consecução parcial, pois estão aquém da capacidade desejada e que deverá ser provida pelo SisGAAz. Torna-se fundamental, portanto, que o Estado esteja ciente da importância de priorizar o investimento no SisGAAz, posto que esse sistema irá contribuir em grande escala para a garantia da efetiva soberania brasileira na Amazônia Azul, a fim de que suas valiosas potencialidades econômicas possam ser eficazmente exploradas e traduzidas em desenvolvimento socioeconômico. Por conseguinte, é necessário que haja reinvestimento nos setores de defesa e segurança, que, em última análise, constituem os pilares que propiciam o adequado e seguro ambiente para o desenvolvimento nacional.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Texto para Discussão